

# MARIA DE LOURDES BELCHIOR: UMA MULHER NA VIDA PÚBLICA

FRANCISCO TOPA\*

PAULA ALMEIDA MENDES\*\*

**Resumo:** *Tomando por base a imprensa da época e o arquivo da autora depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, o artigo aborda três aspetos da vida pública de Maria de Lourdes Belchior: a direção do Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina (entre março de 1947 e março de 1950) e do semanário Nova Terra (de maio de 1975 a fevereiro de 1977); a passagem pelo Brasil como Conselheira Cultural (entre 1963 e 1966); e o exercício do cargo de Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica nos três primeiros governos provisórios depois da Revolução dos Cravos. Terminaremos com um curioso apontamento lateral, relativo à leitura feita por Óscar Lopes de um dos seus livros de poesia, Gramática do Mundo.*

**Palavras-chave:** *Maria de Lourdes Belchior; Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina; semanário Nova Terra; Brasil; Jorge de Sena; governos provisórios; Óscar Lopes.*

**Abstract:** *Drawing on contemporary press reports and the author's archives held at the National Library of Portugal, this article addresses three aspects of Maria de Lourdes Belchior's public life: her leadership of the Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina (between March 1947 and March 1950) and the weekly Nova Terra (from May 1975 to February 1977); her time in Brazil as a Cultural Advisor (between 1963 and 1966); and her period as Secretary of State for Cultural Affairs and Scientific Research in the first three provisional governments after the Carnation Revolution. We conclude with a curious side note regarding Óscar Lopes's reading of one of her poetry books, Gramática do Mundo.*

**Keywords:** *Maria de Lourdes Belchior; Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina; weekly Nova Terra; Brazil; Jorge de Sena; provisional governments; Óscar Lopes.*

## INTRODUÇÃO

*Posto que as mulheres das forças corporaes sejam naturalmente mais fracas que os homens, na subtileza dos engenhos para as letras e outras artes lhes não são inferiores querendo-se aplicar ao estudo dellas. E se em todas artes e disciplinas se não acham grande número de mulheres scientificas nestes tempos como já houve nos passados em muitas nações, é por a honestidade e vergonha que as enfrea e as encolhe, principalmente em Portugal onde as mulheres se não mostram em publico. E se a ellas lhes não fora lícito irem às escholae estudos públicos e aprenderem como aos homens, não há dúvida senão que fora mui grande o número das letradas que poderam meter em confusão a muitos homens que nas escholae aprenderam muitos annos, e nellas tomara, graos (Leão 2002, p. 303).*

---

\* CITCEM-FLUP (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>). Email: [ftopa@letras.up.pt](mailto:ftopa@letras.up.pt). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6929-5618>.

\*\* CITCEM-FLUP (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>). Email: [pmendes@letras.up.pt](mailto:pmendes@letras.up.pt). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5748-6350>.

É com estas palavras que Duarte Nunes de Leão, na sua *Descrição do Reino de Portugal* (1610), exalta a «habilidade das mulheres portuguesas para as letras e artes liberaes» (Leão 2002, p. 303). Deste modo, o autor inscrevia-se em uma corrente que, sobretudo a partir do debate estimulado pela «Querelle des Femmes» vinha insistindo na valorização das competências, aptidões e virtudes femininas, declinada em um significativo filão textual que, não raras vezes, recuperou exemplos de «claras e ilustres mulheres» bíblicas e pagãs. Afortunadamente, Maria de Lourdes Belchior viveu num tempo que, em boa medida, beneficiou das «consequências» deste paulatino diálogo que permitiu repensar o papel da mulher na sociedade, o seu acesso ao saber, ultrapassando uma redutora visão que apenas perspetivava o género feminino sob o prisma do casamento e da maternidade ou do claustro. A par da sua faceta de docente e investigadora, o seu envolvimento em várias dimensões da vida pública reflete uma presença feminina que, em Portugal, não era ainda muito comum à época.

Dessa sua faceta, destacaremos três aspetos: a direção de duas publicações periódicas, em dois momentos da sua vida (o *Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina*, entre março de 1947 e março de 1950, e o semanário *Nova Terra*, de maio de 1975 a fevereiro de 1977); a passagem pelo Brasil como Conselheiro Cultural (como então se dizia), entre 1963 e 1966; o exercício do cargo de Secretário de Estado (designação do tempo) dos Assuntos Culturais e Investigação Científica nos três primeiros governos provisórios depois da Revolução dos Cravos. Terminaremos com um curioso apontamento lateral, relativo à receção de um dos seus livros de poesia.

Um aspeto destacado por todos aqueles que privaram com Maria de Lourdes Belchior diz respeito à sua capacidade de conciliar a sua crença, o seu compromisso católico e uma postura globalmente conservadora com a curiosidade intelectual, a tolerância e o respeito pelo outro. Foi certamente isso que lhe permitiu transitar sem sobressaltos de maior do regime ditatorial em que alcançou posições de relevo, raramente concedidas a mulheres, para o regime democrático inaugurado em 1974, o qual lhe outorgaria reconhecimento semelhante. Os editoriais que escreveu para periódicos que dirigiu em ambos os momentos comprovam essa capacidade.

## 1. A DIREÇÃO DE DOIS PERIÓDICOS

1.1. Do primeiro deles, o *Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina*, esteve à frente numa fase muito precoce da sua vida, entre os 23 e os 26 anos. Os textos que aí publicou — e cuja autoria não é completamente segura, uma vez que não vêm assinados — correspondem sobretudo a orientações gerais de tipo moral e educativo, não revelando nenhuma adesão particular a ideais do regime. Num deles, de março de 1947, sob o título «A verdade e as flores», podemos ler o seguinte, sob a forma de apelo às dirigentes:

*Agora que a Primavera chegou e a terra vai florir, ensinais às vossas raparigas, queridas Dirigentes, a lição das flores.*

*Dizei-lhes da simplicidade das flores; dizei-lhes do perfume e da suavidade das suas corolas; dizei-lhes da verdade da sua maturação.*

*Rasgai no coração da gente nova janelas largas para a beleza.*

*E nesta semana da Verdade ensinai as raparigas a fazerem florir as suas salas de aula, deixai-as apanhar flores, às braçadas e fazei-lhes compreender que tal como as flores perfumam a terra, assim a Verdade põe beleza nos campos lavrados da nossa alma (Boletim... 1947, n.º 12, p. 728).*

Descontada a linguagem edulcorada, nada há no texto que sugira difusão da ideologia do regime, o mesmo acontecendo nos restantes editoriais — também não assinados — do período em que Lourdes Belchior dirigiu o *Boletim*. Mesmo num artigo como «Férias», de maio de 1947, a defesa da missão educativa da Mocidade Portuguesa Feminina não aponta linhas concretas:

*A estas verdades, nos devemos habituar, nós Dirigentes; em educação não há férias, não há paragens sob pena de haver retrocessos.*

*E a obra da Mocidade Portuguesa Feminina é essencialmente, estruturalmente uma Obra de Educação; urge, por isso, que a «revolução continuí» — a revolução que penetra as almas e forma os caracteres, aquela revolução que nos «exige», para darmos à juventude, que de nós os espera, rumos de grandes Ideais (Boletim... 1947, n.º 14, p. 887).*

1.2. O segundo periódico dirigido por Maria de Lourdes Belchior foi o semanário *Nova Terra*, que funcionou, como fica dito, de maio de 1975 a fevereiro de 1977 e se apresentava como órgão de «Informação e opinião de perspectiva cristã». O diretor-adjunto era Fernando Cristóvão, colega da Faculdade de Letras de Lisboa e sacerdote, e colaboraram no jornal outros docentes da mesma instituição, como o Padre Manuel Antunes e a Professora Maria de Lurdes Ferraz. O periódico já foi estudado com demora por Rui Martins (2020), numa dissertação de mestrado em Teologia. Da nossa parte, queremos apenas chamar a atenção para os aspetos mais salientes dos editoriais assinados pela sua diretora.

A orientação do semanário vem definida no número inicial, num texto intitulado «*Nova Terra*» — *que informação?* de que vale a pena transcrever a seguinte passagem:

*Este semanário quer unir, na diversidade do seu carácter específico, a sua voz às vozes que proclamam e defendem os direitos do homem, cabedal inalienável que, como tal, tem de ser proclamado e defendido.*

*Quer, pela força da persuasão e da lisura, na liberdade e na justiça, contribuir para a promoção sócio-cultural do homem português.*

*Quer, com vontade firme e tenaz, serenamente, colaborar nas tarefas que o povo português tem de assumir para construir um País novo, onde a justiça social e a paz, que*

*também tem o nome de desenvolvimento, sejam penhor e testemunho da dignidade da pessoa humana.*

*Integra-se nas perspectivas de Revolução, no sentido de contribuir para a revolução das mentalidades, a fim de que os valores do Evangelho fecundem e estruturem a nova sociedade e o homem novo do futuro. «Nova Terra» alinha com toda a imprensa que se norteia pelos princípios do respeito do direito do homem a uma informação honesta e precisa (Nova Terra 1975-05-15, n.º 1, p. 1).*

Ao longo da sua existência relativamente curta, Lourdes Belchior abordou um conjunto alargado de temas, alguns de alcance mais vasto e com marca ideológica mais nítida — como a defesa da liberdade de ensino —, outros relativos a acontecimentos do quotidiano da época. Sobre o primeiro, note-se o que diz em «O direito de educar»:

*Poderá assacar-se ao ensino particular falta de qualidade, poderá assacar-se-lhe, de certo modo, carácter discriminatório e, de certo modo também preconceitos de casta, nascidos do poder económico ou de outros poderes. Mas os males, acidentais e decorrentes de situações que convirá sanar, não justificam que para melhorar os frutos se corte a árvore e se lhe arranquem as raízes. A escola livre é um direito que decorre do respeito pelo homem (Nova Terra 1975-09-04, n.º 17, p. 1).*

Voltaria ao tema do centralismo educativo no ano seguinte, criticando o dirigismo ideológico da época:

*Precisamos de reabilitar a condição do professor e necessário se tornará passar a crivo muitas nomeações apressadas (sobretudo no caso das Universidades). Precisamos de contribuir para a formação de professores que cada vez em maior número tomem consciência das suas carências profissionais.*

*Precisamos de uma organização democrática das escolas, de uma gestão séria, não sujeita às ondulações de certas palavras de ordem partidárias.*

*Precisamos de rever, de alto a baixo, global e pormenorizadamente, programas, textos de apoio, etc. Temos de evitar que um monolitismo que abusivamente quer reinar se implante em todas ou quase todas as zonas de planeamento e serviços do MEIC (Nova Terra 1976-07-14, n.º 61, p. 4).*

No mesmo espaço, abordou também questões culturais, como a necessidade de revisitarmos Camões:

*Precisamos de novas leituras de Camões. Precisamos de tornar acessível a beleza e a sabedoria das obras do poeta, quer se trate da epopeia, quer se trate da lírica. Precisamos*

*de revisitar Camões, sem preconceitos, sem erudições que abafem o poder de comunicação do texto poético. Que os especialistas desbravem a floresta de enganos e de caminhos apertados da obra camoniana (Nova Terra 1976-06-09, n.º 56, p. 4).*

Ocasionalmente, pronunciou-se ainda sobre questões de maior fôlego político, como o iberismo:

*Se tentarmos, de pés fincados na terra, ser sensíveis aos elementos positivos do iberismo, talvez não devamos descurar o diálogo peninsular. Não sob a forma de pacto ibérico, hoje felizmente caduco, visto servir sobretudo para defender dois regimes totalitários e não para aproximar povos irmãos. Mas sob a forma de aliança ibérica em que através da Hispânia, que também somos, reforçemos a nossa posição europeia (Nova Terra 1976-06-02, n.º 55, p. 4).*

Numa outra linha, escreveu também a propósito de casos do dia a dia, como o fuzilamento em Luanda de quatro mercenários, a que dedicou uma crónica intitulada «Outra vez: Não matará!», chamando a atenção para a contradição entre a poesia de Agostinho Neto e a sua atuação como Presidente de Angola:

*Tenho ainda presentes certas recordações de leitura de alguns poemas de Agostinho Neto. Daquele «Sangrantes e Germinantes» fui reler alguns versos. Como é possível? Como é possível conciliar a imagem de uma África imensa, «clara como as manhãs da amizade», com o gosto selvático, carregado de ódio, dos fuzilamentos consumados? Como é possível conciliar com gritos, não de amor mas de morte, as imagens da «África imensa» onde «os nossos gritos / são tambores mensageiros do desejo / nas vozes bélicas harmonia das nações / os nossos gritos são hinos de amor para os corações / florescia na terra como o Sol nas sementes»? Como é possível conciliar «mãos abertas para a fraternidade do mundo / pelo futuro do mundo» com mãos que accionam gatilhos, que produzem morte? Como é possível serem «mãos unidas na certeza / pelo direito, pela concórdia, pela paz» as mesmas mãos que cruelmente matam? Será possível que da terra empapada em sangue, sangue de MPLA's, FNLA's, UNITA's, portugueses e outros, brote harmonia e paz? (Nova Terra 1976-07-21, n.º 62, p. 11)*

## 2. CONSELHEIRA CULTURAL NO BRASIL

Um outro aspeto da vida pública de Maria de Lourdes Belchior foi o seu trabalho como Conselheira Cultural junto da embaixada portuguesa no Brasil. O espólio da autora depositado na Biblioteca Nacional mostra bem a intensidade dessas funções, traduzida nos textos que escreveu, nas conferências que proferiu e na vasta rede de contactos que estabeleceu com escritores, artistas e personalidades várias da sociedade brasileira. Entre a documentação há, por exemplo, uma fotografia de Cecília Meireles, com a seguinte dedicatória manuscrita: «Para

a D.<sup>ra</sup> Maria de Lourdes Belchior Pontes / este retrato da Cecília Meireles, / sua grande amiga. / Atenciosamente oferece / [assinatura] / Rio, maio 66» (BNP. Espólio 42, cx. 81). Há também um texto seu, datilografado, com o título «Saudades do Brasil», datado de «Paris, 4 de Outubro de 1990» e acompanhado da versão em francês, certamente incluído numa publicação que não conseguimos identificar. Basta ler o primeiro parágrafo para se perceber como esta relação da autora com o Brasil foi profunda e fecunda:

*Tenho saudades do Rio de Janeiro onde um dia cheguei de vapor (na minha então ignorância linguística, declarava ingenuamente que chegara de barco). Guardo ainda na retina o cais pejado de gente, o movimento dos passageiros saindo do Aragon e o casario do Rio colorido, bizarro, acolhedor. Tenho saudades do Rio, das idas a casa de Cecília Meireles, nas Laranjeiras, onde o seu sorriso aberto me acolhia. Tenho agora aqui na sala dos meus ócios, o seu retrato que o viúvo Heitor Grilo me mandou. Tenho saudades dos gestos meio-desajeitados do Manuel — Manuel Bandeira que o Odílio Costa Filho, seu compadre, me apresentara. Tenho saudades do Rio do Património encarnado na pessoa do Dr. Rodrigo de Melo Franco (BNP. Espólio 42, cx. 29).*

É interessante também observar a amizade e a admiração de Lourdes Belchior por Jorge Amado, que felicita em carta de Paris de 3 de abril de 1995 pela atribuição do Prémio Camões, sem deixar de aludir à recusa, no ano anterior, por parte dos membros brasileiros do júri, de se distinguir o autor de *Capitães da areia*:

*Caro Jorge Amado,*

*Perdeu-se a carta que escrevi por ocasião dos seus 80 anos. Espero que se não perca esta a alegrar-me com a atribuição do prémio Camões ao grande escritor que é Jorge Amado. Desde a instituição do prémio que os portugueses do júri lho quiseram atribuir; do resto é melhor não falar (até quase esqueci os nomes dos que não aderiram às propostas portuguesas!). E já que a ocasião se apresenta conto-lhe a história que narrava na carta perdida. O anestesista que assistiu à operação que fiz em Junho de 1992 (2? ou 3?), ao saber que eu era portuguesa, disse-me que lia F. Pessoa e... Jorge Amado. Prometi oferecer-lhe um livro de Jorge Amado com... dedicatória. E o livro está no meu gabinete, desde então, à espera da dedicatória... Incúria minha. Guardo o nome do anestesista algures (era um francês médio mas interessado nas coisas da cultura e que de autores portugueses só conhecia os dois supra-mencionados) (BNP. Espólio 42, cx. 87).*

## **2.1. As provas de livre-docência de Jorge de Sena**

Uma outra curiosidade da passagem de Maria de Lourdes Belchior pelo Brasil diz respeito à tese de livre-docência de Jorge de Sena. O tema é objeto de uma carta de Sena, datada de

«Araraquara, São Paulo, Brasil, 6 de Novembro de 1964» que faz parte do espólio da autora de *Gramática do Mundo* depositado na Biblioteca Nacional. A questão é abordada também numa missiva do poeta e crítico a José-Augusto França com data de 3 de março do ano seguinte, igualmente de Araraquara (Sena e França 2007, pp. 262-268). Agradecendo os parabéns pelos títulos recém-conquistados, Sena diz a França que «se, no estrangeiro em geral, estas coisas não são fáceis de conseguir, no Brasil, com um português que ainda por cima tem incomodado tanto os industriais de literatura portuguesa, ainda será pior...» (Sena e França 2007, p. 263). Mais à frente, no tom desassombrado que lhe era habitual, escreve:

*Eu, desde as emoções (não o trabalho que não foi grande, pois que evidentemente não estudei nada para a livre-docência — apenas reescrevi e ampliei a tese que era um ensaio já em Lisboa no editor) das provas que até à última hora não sabíamos (eu e o director que foi infatigável e a quem devo que o Conselho Estadual de Educação me reconhecesse o notório saber indispensável) quem torpedearia ou como, e com o trabalho insano de pesquisa e escrita, e com as inquietações de há um ano a esta parte e a tristeza geral, sempre à beira do «breakdown» que cheguei a ter. Não sei se sabe que a Maria de Lourdes Belchior foi nomeada oficialmente, depois de sondada, para membro do meu júri. Escreveu então a dizer que o Embaixador a não autorizava, por estar em comissão de serviço, a participar. A faculdade respondeu que não era como catedrática de Lisboa que ela era convidada, visto que, sendo a livre-docência equivalente à cátedra, teria de haver no júri pelo menos três catedráticos brasileiros (e já havia quatro). Quase à última hora, escusou-se... e não teve sequer a coragem que a amizade de muitos anos e a repercussão do concurso lhe impunham, e que era vir aqui assistir. Escrevi-lhe uma carta que ela recordará até fechar os olhos e talvez depois; e recusei todas as embaixadas de intermediários lacrimosos que, há pouco, no Rio, vieram chorar no meu ombro... porque não se pode — textual — pedir às pessoas mais coragem que a têm. O castigo é porém iminente: vão dar-lhe um pontapé no rabo, e já aqui andou o André Gonçalves Pereira de «enviado especial», a tratar, com o governo irmão, da instalação de um magno Instituto Português oficial no Rio (Sena e França 2007, pp. 266-267).*

A questão não é totalmente clara e falta-nos a posição do outro lado. De qualquer modo, Jorge de Sena acusa Lourdes Belchior de falta de coragem pelo facto de, alegadamente, ter cedido a pressões políticas para não integrar o júri das suas provas de livre-docência. A carta referida no excerto integra o espólio de Belchior e vale a pena transcrever dela pelo menos duas passagens<sup>1</sup>. A primeira contém uma apreciação sobre as personalidades que pontificavam à época no ensino brasileiro de letras e sobre as relações luso-brasileiras a esse nível:

<sup>1</sup> Dado o seu interesse e o seu, segundo cremos, ineditismo, a missiva será integralmente transcrita em apêndice.

*A sua não-participação no juri, considero-a mais um episódio da hostilidade de quanto é português e oficial à minha pessoa, além de, como consequência, poder ser interpretada (e ter como resultado) em termos da já clássica hostilidade da «universidade letrada» portuguesa a quem não se formou por ela e seja escritor de suficiente grandeza. Acêrca disto nunca tive, e não terei, quaisquer ilusões. Uma coisa V. me deve: é a sua total não-participação em outros actos da universidade brasileira. Mas sei bem como isto é um mito... Os Thiers de cá e os de lá equilibram-se. Não-de propor e organizar cursos, com o vosso e o seu patrocínio, de modo a que aqueles que trouxeram a literatura portuguesa viva para aqui continuem excluídos de tudo, e silenciados, com a conivência dos que não terão dúvidas de acorrer de Portugal para participarem na mistificação que é a cultura portuguesa no Brasil. E está certo que assim seja, na miséria luso-brasileira que é o ensino superior de letras. À falta de rei que ande nú, é toda uma corte transatlântica praticando o nudismo ilusório. Todos os sírios e companhia, deste mundo e do outro, irão gulbenkianamente visitar as belezas turísticas da pátria, onde farão solenes pesquisas sob a orientação dos Pimpões disponíveis, ou estudarão «in loco» a complexa personalidade do Fernando Namora ou outro semelhante. E aquilo que poderia e deveria ser oposto aos Afrânios que temos combatido aqui, continuará isolado e sem defesa, enquanto terão as bençãos aqueles mesmos que metem os Afrânios e os Portellas na Universidade do Brasil. No fim de contas, Portugal tem o Brasil que merece (BNP. Espólio 42, cx. 5).*

A segunda passagem manifesta, apesar de tudo, o reconhecimento de Sena pela qualidade humana e intelectual de Lourdes Belchior:

*De tudo o que lhe acontece, eu e a Mécia, separadamente a avisamos, quando V. escreveu de Portugal a perguntar a nossa opinião sobre o cargo que lhe ofereciam. E eu, francamente, teria preferido que estivesse cá uma pessoa do nível dos comendadores e dos Thiers e Amoras, para que não se acrescentasse à mistificação que tudo isto é um nome digno ou uma pessoa que eu estimo e que, de anuência em anuência, corre o risco de acabar por onde os outros, sem escrúpulos, começam.*

### **3. SECRETÁRIA DE ESTADO EM TRÊS GOVERNOS PROVISÓRIOS**

Quanto ao cargo de Secretária de Estado que Lourdes Belchior exerceria uma década depois, importa começar por notar que ele vem na sequência de outras importantes funções que a professora ocupara na administração pública ainda no tempo da ditadura: tinha sido conselheira para a Direção do Instituto de Alta Cultura entre 1966 e 1970 e, do ano seguinte até 1973, fora presidente desse organismo. No Ministério da Educação e Cultura, ocuparia o cargo de Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica ao longo dos três primeiros governos provisórios:

— O I, presidido por Adelino da Palma Carlos, esteve em funções entre 16 de maio e 11 de julho de 1974, tendo como Ministro da Educação Eduardo Correia, professor de direito em Coimbra;



Fig. 1. Foto da tomada de posse de membros do I Governo Provisório

Fonte: *Diário de Notícias*. 1974-05-31, p. 1

— O II, chefiado por Vasco Gonçalves, vigorou de 18 de julho a 30 de setembro do mesmo ano e teve como Ministro da Educação e Cultura o historiador e professor Vitorino Magalhães Godinho;

— O III, também dirigido por Vasco Gonçalves, atuou entre 30 de setembro de 1974 e 26 de março de 1975, voltando a ter Vitorino Magalhães Godinho como Ministro da Educação e Cultura, mas apenas até 29 de novembro de 1974. Lourdes Belchior, por seu turno, manteve-se na Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica até 4 de dezembro do mesmo ano, sendo depois substituída por António Avelãs Nunes, professor de ciências económicas na Faculdade de Direito de Coimbra.



Fig. 2. Foto posterior à demissão de Vitorino Magalhães Godinho

Fonte: *Diário de Notícias*. 1974-11-30, p. 1

A autora de *Os Homens e os Livros* desempenhou assim funções governamentais pelo período de cerca de meio ano, num momento de grande convulsão política, o que não lhe permitiu desenvolver trabalho consequente e de grande visibilidade. Mesmo assim, conseguiu criar cursos de ensino básico de português em diversas localidades em que havia comunidades lusitanas, designadamente em Nancy e Versalhes (Portugal... 1974b) e outras cidades francesas (Portugal... 1974a), na Austrália (Portugal... 1974c), em Basileia (Portugal... 1974d), em Münster (Portugal... 1974e), e ainda o ciclo preparatório do ensino secundário no Collegium Johanneum (Portugal... 1974f) (em Ostbevern, na região administrativa de Münster). Este seu interesse pelo ensino do português no estrangeiro mereceu, aliás, algum destaque na imprensa. A 14 de junho de 1974, noticiava o *Diário de Notícias* na sua p. 2, que «Regressou de Paris a Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica», explicando depois, através das palavras da própria, que a missão «não teve carácter oficial, mas particular, pois nesta qualidade é, quanto a mim, mais fácil estabelecer os contactos. Posteriormente, penso apresentar um documento sobre o ensino do português em França e também sobre a hipótese de rearmos e aprofundarmos os contactos com aquele Conselho e outras instituições francesas de investigação científica» (*Diário de Notícias*. 1974-06-14, p. 2).

Entre as outras referências da imprensa ao trabalho de Lourdes Belchior, conta-se a reportagem do *Diário de Notícias* de 8 de julho, que dá conta da lição que proferiu sobre «Neo-Realismo Poético e Outros Rumos da Geração de 40», na inauguração do XXXIX Curso de



**Fig. 3.** Foto que acompanha a notícia  
 Fonte: *Diário de Notícias*. 1974-06-14, p. 2

Férias da Faculdade de Letras de Lisboa. Mais importante, contudo, é a entrevista que o mesmo jornal publica a 30 de outubro, com chamada de primeira página: «Estimular sem dirigismos todas as iniciativas válidas» — declaração de princípios da Secretária de Estado dos Assuntos Culturais». Com realismo, a governante começa por reconhecer que «As actividades ou funções desta Secretaria de Estado [...] são de certo modo secundárias, se tivermos em contra as prioridades que o Governo tem de assumir [...]: a paz, a descolonização, a justiça social entre outras» (*Diário de Notícias*. 1974-10-30, p. 7). Não perde, contudo, a oportunidade de criticar a orgânica do setor, antecipando uma orientação que só viria a ser adotada décadas mais tarde:

*Discordo do rótulo «assuntos culturais». A meu ver, seria mais certo dizer Secretaria de Estado da Cultura. Aliás — e isto com vista a uma futura racionalização de certos departamentos governamentais —, justificava-se a existência de dois Ministérios: um da Cultura e outro da Ciência e da Tecnologia. No primeiro deveriam estar integrados os departamentos que por ora estão dispersos. Assim por exemplo — e cito um dos exemplos mais flagrantes —, não faz sentido a existência de uma Direcção-Geral da Cultura Popular, de um Fundo de Teatro e de um Fundo de Cinema na Secretaria de Estado da Comunicação Social. A própria terminologia «cultura popular» é imprópria, e se o teatro e o cinema são meios de comunicação social é óbvio que são, também, criação cultural (*Diário de Notícias*. 1974-10-30, p. 7).*

Interessante também, pelo que revela de curiosidade intelectual e de abertura a uma orientação diferente da sua, é a explicação que dá quanto à sua discordância relativamente à expressão *cultura popular*:

*Primeiro, porque só há «uma cultura» e afigura-se-me pouco certo distinguir e apelar de cultura popular aquilo que talvez se deva designar, como faz Paulo Freire, de cultura iletrada. A cultura iletrada englobará a música tradicional, o romanceiro tradicional, etc. E a cultura letrada será o conjunto de expressão da criatividade do homem culto, na ordem das artes plásticas, da música, da literatura. Haverá um encontro das duas «modalidades», digamos assim, de cultura quando o homem tendo crescido por dentro, tendo-se-lhe reconhecido a dignidade de pessoa humana, souber e puder ter acesso à cultura letrada, à criatividade cultural, sem destruir os valores da chamada cultura iletrada. O homem revelar-se-á então capaz de sintetizar os valores da cultura iletrada e da cultura letrada (volto a repetir as expressões usadas por Paulo Freire em «Pedagogia do Oprimido»). A cultura, fruto do espírito do homem, da sua capacidade criativa, será então espelho do seu índice de desenvolvimento (Diário de Notícias. 1974-10-30, p. 7).*

Mais naturais são as suas afirmações sobre o papel do estado na cultura:

*O Estado deve assumir as suas responsabilidades, sem dirigismos, sem coarctar a liberdade criadora dos artistas; têm de se inventar — no sentido etimológico da palavra — ou seja encontrar processos que salvaguardem a criatividade livre e ao mesmo tempo assegurem aos artistas condições de vida e de independência (Diário de Notícias. 1974-10-30, p. 8).*



Fig. 4. Foto que acompanhava a entrevista  
Fonte: *Diário de Notícias*. 1974-10-30

No final da conversa, convidada a acrescentar o que ficara por dizer, confirma a sua inteligência estratégica, apontando para um plano que, de outra maneira, tentaria mais tarde aplicar como diretora do Centro Cultural Português da Gulbenkian em Paris:

*Desejaria ter abordado o tema das relações culturais luso-brasileiras, que, aliás, por si só constituiria matéria para uma entrevista; o tema das relações de cooperação com os novos países africanos de língua portuguesa; ter provado de modo categórico a descoordenação de quanto respeita às actividades culturais, repartidas por vários serviços e vários Ministérios, a exigirem talvez a criação de um Conselho Nacional de Cultura que as coordenasse; ter chamado a atenção para a necessidade de descentralizar as actividades culturais, para a necessidade de promover uma regionalização fecunda das actividades culturais, etc. (Diário de Notícias. 1974-10-30, p. 8).*

#### 4. ÓSCAR LOPES E A GRAMÁTICA DO MUNDO

Posto isto, terminaremos com um curioso apontamento lateral, colhido no espólio depositado na Biblioteca Nacional e relativo à receção de um dos seus livros de poesia. Trata-se de uma carta datiloscrita de Óscar Lopes, datada de 24 de março de 1988, contendo uma apreciação crítica do livro de poemas *Gramática do Mundo*. Começando por situar-se em relação à religião e ao catolicismo, escreve o crítico:

*2. Li o seu livro imediatamente, e com muito interesse, até pela surpresa de a ver poeta (ou poetisa, como queira). O facto de ser católica, e a sua poesia também, intensificou ainda mais a minha avidez. Como sabe, declaro-me materialista (numa dada acepção do termo que me parece coincidir com a intenção fundamental e actualizada do marxismo), mas não-ateu. Santo Atanásio admitiu ser ateu («confiteor atheum esse...») em relação ao politeísmo. Eu seria ateu relativamente a certas concepções (ou vivências) de Deus, como por ex., as de Hitler e Pieter Botha, que, como sabe, O invocaram (ou invocam) com frequência; e não posso compreender que um cristão possa considerar um marxista mais longe da sua posição do que tais deístas ou teístas. Seja como for, e como talvez já tenha reparado, sou sempre muito sensível e atento a escritores religiosos, porque até fui católico (recebi todos os sacramentos, excepto ordenação ou extrema unção), e me pergunto sempre, ansiosamente, o que poderá haver de comum entre o que sinto e o que sente uma pessoa que professa uma religião positiva. (Eu, inclusivamente, aceito, em dada acepção, ser considerado religioso).*

Logo a seguir, analisa e aprecia com grande finura e entusiasmo o livro, ao mesmo tempo que desliza para uma interessante autoanálise:

Ora bem: a sua poesia interessa-me sob dois aspectos: interessa-me como poesia e interessa-me como religiosa. Como poesia (ou antes: por evidência imediatamente poética) falam-me fundo as seguintes composições: Geometria Rural, Bela ao Longe, Alegria, A um Cão chamado Baco, Mel da minha Infância, Glosa (1), Nome, Moça de Berkeley, Diálogo com os Mortos, Calvário de Betharram, Retrato, Homens e Cebolas (preciosamente como divertimento) e, talvez mais que todos, Concha. Em todas elas há toques de autenticidade vivida, flagrantes que prendem, e graça verbal ou frásica. (Devo dizer-lhe que também gostei bastante da poesia posfacial de J. M. Magalhães, uma das coisas mais conseguidas que dele conheço.) Há por vezes uma ou outra que da (sic) ao bathos (sic) prosaico de registo falado ou literário, bathos (sic) cuja funcionalidade não apreendo bem. Sob o ponto de vista religioso, ocorre-me a seguinte objecção: há um claro propósito de marcar (ou remarcar) a expressão usual da dogmática católica. O Ruy Belo e o Nemésio, por exemplo, não faziam assim: tinham a caridade de falar aos leitores potencialmente não-católicos numa linguagem tal que eles por vezes se perguntam: Mas, então, porque não ser católico? Eu, por exemplo, faço-me por vezes essa pergunta, quando penso na bondade evidente de João XXIII ou numa coisa como esse verso da Sophia sobre o seu Deus: «um sopro de amplidão e de lisura». Disse-me o Sena que o José Blanc de Portugal se considerava católico por pensar que o catolicismo é a mais materialista de todas as religiões num sentido que, sensivelmente, muito importa à Maria de Lourdes: o da fé numa (qualquer) ressurreição da carne. E, sem o Blanc de Portugal saber, sinto um particular afecto por ele, pois, por exemplo, não conseguirei nunca admitir que a minha mãe ou a minha inesquecível avó Francisca possam ter morrido de vez. Creio que o mundo tem uma estrutura e a vida um sentido para além de toda a visão rigorosamente científica a que tenho acesso, e que também não posso renegar sem praticar uma espécie de pecado do espírito Santo. A frase do B. de Port. e o verso que ele inspirou ao Sena («De morte natural nunca ninguém morreu») tocam-me. Um *raidissement* em termos de teologia formular não me toca. É também por um imperativo de simpatia (de caridade, se prefere) que ponho sempre de parte o calão marxista quando falo aos que isso irrita, e nomeadamente quando se trata de coisas de poesia ou do coração. O mundo mais essencial a que temos acesso é muito mais «imaginativo» do que o que pensamos ou dizemos. Para a gente perder o pé, basta perguntar-se com quem fala quando pensa a só[s], num discurso onde, rigorosamente, as palavras, e até as imagens, apenas vibram, a boiar numa espécie de pré-pensar, e até de pré-sentir. Agradeço ao destino (ou acaso) que fez com que as pessoas de que mais tenho gostado nunca se dessem comigo, na acepção mais funda desse belo verbo reflexo (ou semi-activo, semi-passivo) que é dar-se. Isso faz que este seu tão raciocinante amigo sinta a absoluta necessidade de encontrar outros caminhos de mutualidade humana: a poesia, a música, e um activo solilóquio que tem, como raiz, a convicção inabalável de que isto tem com certeza um sentido, não sei qual, não preciso de saber qual, não quero mesmo saber qual. Porque, se soubesse, o imperativo categórico de procurar em outrem o sujeito, ou acima de tudo o sujeito, deixaria de ser categórico (Kant dixit).



Fig. 5. Maria de Lourdes Belchior e Óscar Lopes, no convívio que se seguiu à cerimónia do doutoramento *Honoris Causa* na Faculdade de Letras do Porto, a 5 de maio de 1996  
Fonte: Arquivo da FLUP

A carta termina no tom amigável e elegante que caracterizava o historiador da literatura portuguesa:

*Em suma, Maria de Lourdes, gosto da sua poesia, gosto de si, porque por duas ou três vezes senti a sua generosidade, ou rectidão. Seja sempre como é. Escreva mais poesia. Nunca fale às convicções de ninguém. Cada um de nós morre sem saber quais são as suas próprias convicções, quanto mais as dos outros. É por isso que a salvação não pode estar só na fé, incluindo a profissão de fé; tem que estar também na práxis, incluindo a poesia. E, mesmo assim, a gente desaparece sem ter encontrado a grande oportunidade de se exprimir. O que, afinal, é até belo, porque isso só pode acontecer por sermos, cada um de nós, e todos nós em conjunto interactivo e inter-revelador — absolutamente inesgotáveis.*

## EPÍLOGO

Concluindo este breve percurso em torno de uma vida pública que se estendeu por muitas décadas, resta sublinhar a falta de atenção — que não nos cabe interpretar — que continua a ser dada no nosso país a figuras de exceção como Maria de Lourdes Belchior e chamar a atenção para a necessidade de um trabalho sistemático a este respeito que o espólio depositado na Biblioteca Nacional continua a reclamar.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **Biblioteca Nacional de Portugal**

BNP. Espólio 42, cx. 5, 29, 81, 87.

*Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: M.P.F., 1945-1947.

Centenas de estudantes estrangeiros no XXXIX Curso de Férias da Faculdade de Letras de Lisboa. *Diário de Notícias*. 1974-07-08, pp. 1 e 5.

«Estimular sem dirigismos todas as iniciativas válidas» — declaração de princípios da Secretária de Estados dos Assuntos Culturais. *Diário de Notícias*. 1974-10-30, pp. 1 e 7-8.

LEÃO, Duarte Nunes de, 2002. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Clássicos da Historiografia, 3.

MARTINS, Rui Jorge Moraes Abrantes de Sousa Silveira, 2020. *Nova Terra (1975-1977): tentativa e experiência de imprensa católica*. Dissertação de mestrado em Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

*Nova Terra* [semanário]. Lisboa. 1975-1977.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974a. Portaria n.º 655/74. *Diário do Governo*. 1974-10-11, Série I (237).

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974b. Portaria n.º 693/74. *Diário do Governo*. 1974-10-25, Série I (249), pp. 1277-1278.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974c. Portaria n.º 706/74. *Diário do Governo*. 1974-10-29, Série I, (252), p. 1290.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974d. Portaria n.º 707/74. *Diário do Governo*. 1974-10-30, Série I (253), p. 1294.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974e. Portaria n.º 764/74. *Diário do Governo*. 1974-11-25, Série I (274), p. 1450.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1974f. Portaria n.º 767/74. *Diário do Governo*. 1974-11-25, 1.º Suplemento, Série I (274), p. 1450-(4).

Regressou de Paris a Secretária de Estados dos Assuntos Culturais e Investigação Científica. *Diário de Notícias*. 1974-06-14, p. 2.

SENA, Jorge de, e José-Augusto FRANÇA, 2007. *Correspondência*. Organização e notas de Mécia de SENA. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## APÊNDICE

Araraquara, São Paulo, Brasil, 6 de Novembro de 1964

Maria de Lourdes

Não lhe escrevi antes, porque estava ocupado na expectativa das minhas provas e do que até elas se realizarem poderia suceder de contratempo. Foram a 28 e 29 (porque o Amora, num último capricho, pretextou não poder demorar-se, e forçou a banca a «pedir-me» que a aula sorteada e a defesa de tese fossem num mesmo dia...). E, agora, estou na exaustão de tudo isto, além do cansaço acumulado no último ano. O júri, com a sua saída, ficou formado pelo Hélio Simões, pelo José Carlos Lisboa, pelo Amora, o António Cândido, e o Aires da Mata Machado, de Belo Horizonte, que era o seu suplente. Todos me deram em tudo a nota máxima, e tive, pois, «distinção e louvor». E todos, escrita ou oralmente, se desfizeram em altissonantes elogios que sempre deixam a gente, paradoxalmente, muito frustrada. Não esperava tanto, e gostava que entrassem um pouco mais minuciosamente e concretamente nos méritos da tese... Mas é sempre mais ou menos assim. E o que me consolou mais foi a multidão que se juntou vinda de vários lados, e os aplausos finais a que o júri se associou. De tudo isto resulta apenas

que o óbice pior, na minha carreira (burocraticamente considerada, aqui ou fora), desapareceu e que era a falta de título oficial de letras. A sua não-participação no juri, considero-a mais um episódio da hostilidade de quanto é português e oficial à minha pessoa, além de, como consequência, poder ser interpretada (e ter como resultado) em termos da já clássica hostilidade da «universidade letrada» portuguesa a quem não se formou por ela e seja escritor de suficiente grandeza. Acêrca disto nunca tive, e não terei, quaisquer ilusões. Uma coisa V. me deve: é a sua total não-participação em outros actos da universidade brasileira. Mas sei bem como isto é um mito... Os Thiers de cá e os de lá equilibram-se. Hão-de propor e organizar cursos, com o vosso e o seu patrocínio, de modo a que aqueles que trouxeram a literatura portuguesa viva para aqui continuem excluídos de tudo, e silenciados, com a conivência dos que não terão dúvidas de acorrer de Portugal para participarem na mistificação que é a cultura portuguesa no Brasil. E está certo que assim seja, na miséria luso-brasileira que é o ensino superior de letras. À falta de rei que ande nú, é toda uma corte transatlântica praticando o nudismo ilusório. Todos os sírios e companhia, deste mundo e do outro, irão gulbenkianamente visitar as belezas turísticas da pátria, onde farão solenes pesquisas sob a orientação dos Pimpões disponíveis, ou estudarão «in loco» a complexa personalidade do Fernando Namora ou outro semelhante. E aquilo que poderia e deveria ser oposto aos Afrânios que temos combatido aqui, continuará isolado e sem defesa, enquanto terão as benções aqueles mesmos que metem os Afrânios e os Portellas na Universidade do Brasil. No fim de contas, Portugal tem o Brasil que merece. E é por isso mesmo que não desejo senão sair daqui, para deixar a todos o campo livre, do mesmo modo que o deixei e continuarei deixando em Portugal. Nunca foi muito possível, e não o é, ser-se português onde se fale a língua portuguesa. De tudo o que lhe acontece, eu e a Mécia, separadamente a avisamos, quando V. escreveu de Portugal a perguntar a nossa opinião sobre o cargo que lhe ofereciam. E eu, francamente, teria preferido que estivesse cá uma pessoa do nível dos comendadores e dos Thiers e Amoras, para que não se acrescentasse à mistificação que tudo isto é um nome digno ou uma pessoa que eu estimo e que, de anuência em anuência, corre o risco de acabar por onde os outros, sem escrúpulos, começam. Ainda se o Brasil continuasse oficialmente a ser o que era antes, haveria poderosos contrapêsoes que impediriam certas coisas e que, contraditóriamente, ajudariam V. no desempenho da sua missão. Mas tal como é agora... com novamente os laços da subserviência atando-se sobre o Atlântico, a hora é mais do que nunca dos aventureiros da cultura... Noutra hora, seria possível denunciar um Afrânio por aquilo que é: agente do imperialismo norte-americano mais sórdido, que tudo faz para que o Brasil não tenha laços europeus. Assim, unam-se todos na defesa da civilização cristã e ocidental de que são dignos ornamentos.

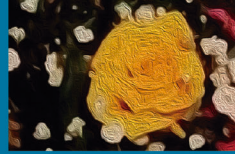
É possível que V. ache esta minha carta muito dura, e note que não lha escrevi, quando ela poderia ter sido muito mais dura. Mas há-de concordar comigo que tenho o direito de escrever-lha. Um direito perfeitamente abstracto, é certo. V. não precisa de mim para nada, e mesmo uma excessiva proximidade minha pode prejudicá-la algum tanto, não só politicamente (nesse mito da isenção acima dos grupos e partidos que sempre culmina em servir-se um só) como universitariamente, já que tenho sido sempre, e serei cada vez mais, uma sombra negra na internacional universitária de Cidades e Pimpões. Sou, porém, queiram-no ou não, um grande nome da literatura e da crítica de língua portuguesa; e, em cinco anos de Brasil, fiz mais pela cultura portuguesa do que o fizeram, em décadas, esses caixeiros-viajantes e os aventureiros brasileiros, para não falarmos da estupidez oficial. Fui e sou seu amigo, e disse-lhe a verdade, como sempre faço, em devido tempo. E tenho arcado, só, com a malevolência coligada dos Afrânios e dos falsos amigos de Portugal, que, quando não me atacam, silenciam o meu nome.

E nem tenho, como V., a consolação, um pouco amarga e contraditória, de vê-los beijarem-me a mão, para conseguirem uma bolsinha de viagem, o patrocínio para um curso, ou o encerramento de um ciclo de conferências camonianas, feito nas minhas costas. Depois, Maria de Lourdes, ainda quero dizer-lhe uma coisa: eu nunca acreditei que V. alguma vez viesse a Araraquara. Quando insisti várias vezes, e independentemente da pessoal estima e do gosto que teríamos em vê-la aqui, eu estava — e como não poderia estar? — apenas verificando a que ponto V. não viria. É que o mais terrível perigo que correm as pessoas, como V., convencidas da própria e firme integridade (que não ponho em dúvida), é racionalizarem aquilo mesmo que, concretamente, não têm coragem de fazer. Creia, Maria de Lourdes, porque admiro e estimo as suas qualidades, que a lamento profundamente. A universidade portuguesa, em que V. jogou a sua carreira, destruiu-a, impedindo-a de trabalhar e pesquisar à escala que era a sua. A política universitária e outra envolvê-la-á. V. ascenderá sempre, será sócia de todas as sociedades cultas dos dois hemisférios. Mas, no fundo do seu coração e da sua consciência, porque os tem, saberá que não fez aquilo que estava talhada para fazer. E isso, perdoe-me que lhe diga, por muito que queiram suprimir-me, será uma angústia que jamais me assaltará. Espero que tudo isto que lhe digo sirva de cautério às suas amarguras e de estímulo à sua amizade por mim. Porque, como espero que será capaz de notar, é dito sem animosidade e com compreensão. Se, porém, V. já perdeu as suas capacidades de recuperação e de salvação, e se zangar ofendidamente comigo, creia que do mesmo modo lhe desejo todas as felicidades e todas as satisfações, embora antecipadamente saiba que, na medida em que continuar sendo uma pessoa, V. na verdade as não possa ter. Porque tudo lhe será amargo e saberá a vácuo da consciência.

Devo dizer-lhe, para terminar, que raríssimas vezes tenho escrito a alguém uma carta tão sem reticências, apesar da fama que tenho de ser pessoa implacável. Se lha escrevi, é isso uma prova de autêntica consideração. E, quanto à dureza, nunca serei com ninguém tão duro e tão implacável, como quase toda a gente, insidiosamente, ambiguamente, ou fugidamente, o têm sido comigo. Eu sei, e por experiência própria, que a grandeza é coisa terrivelmente incômoda, e não menos que os outros tenho sofrido a minha. Mas isso não impede, porque não aspiro à santidade, que humanamente não sofra do que me fazem ou não fazem.

Receba as nossas lembranças, e creia na amizade velha do sempre seu deveras

Jorge de Sena [assinatura] (BNP. Espólio 42, cx. 5)



# MARIA DE LOURDES BELCHIOR A MULHER E OS LIVROS

ORG.  
FRANCISCO TOPA  
PAULA ALMEIDA MENDES